



II - CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS N.º 07/2021/DPGOM - Segurança e Vigilância do Complexo dos Olhos de Água do Alviela durante o ano de 2022

Preço Base (artigo 47.º do CCP):

35.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor



Índice

PARTE I - CONDIÇÕES GERAIS	4
Capítulo I – Disposições Iniciais	4
Cláusula 1. ^a – Apresentação	4
Cláusula 2. ^a – Objeto e Âmbito	4
Cláusula 3. ^a – Contrato	4
Cláusula 4. ^a – Entidades intervenientes	5
Cláusula 5. ^a – Prazo	5
Cláusula 6. ^a – Local da prestação dos serviços	5
Capítulo II – Obrigações Contratuais	5
Cláusula 7. ^a – Obrigações principais do Prestador de Serviços	5
Cláusula 8. ^a – Condições de Prestação dos Serviços	6
Cláusula 9. ^a – Preço Base	7
Cláusula 10. ^a – Preço Contratual	7
Cláusula 11. ^a – Condições de Pagamento	7
Cláusula 12. ^a – Adiantamentos	8
Cláusula 13. ^a – Revisão da Remuneração	8
Cláusula 14. ^a – Gestor do Contrato	8
Cláusula 15. ^a – Objeto do dever de sigilo	8
Cláusula 16. ^a – Prazo do dever de sigilo	8
Cláusula 17. ^a – Utilização de dados pessoais	8
Capítulo III – Penalidades Contratuais e Resolução	9
Cláusula 18. ^a – Penalidades contratuais	9
Cláusula 19. ^a – Força maior	9
Cláusula 20. ^a – Resolução do Contrato	10



Cláusula 21. ^a – Resolução por parte da entidade adjudicante	11
Cláusula 22. ^a – Resolução por parte do adjudicatário	11
Capítulo IV – Caução e Seguros	11
Cláusula 23. ^a – Execução da caução	11
Cláusula 24. ^a – Seguros	11
Capítulo V – Disposições Finais	12
Cláusula 25. ^a – Foro competente	12
Cláusula 26. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	12
Cláusula 27. ^a – Comunicação e notificações	12
Cláusula 28. ^a – Contagem dos prazos	12
Cláusula 29. ^a – Legislação aplicável	12
PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	13
Cláusula 30. ^a – Descrição dos Serviços	13
Cláusula 31. ^a – Funções a Desempenhar	15
Cláusula 32. ^a – Recursos Humanos	15
Cláusula 33. ^a – Equipamentos e Consumíveis	16
Cláusula 34. ^a – Duração da Prestação de Serviços	17
Cláusula 35. ^a – Obrigações do Prestador de Serviços	17



PARTE I - CONDIÇÕES GERAIS

Capítulo I – Disposições Iniciais

Cláusula 1.^a – Apresentação

A entidade adjudicante é o **Município de Alcanena**, com sede em Praça 8 de Maio, 2380-037 Alcanena.

Cláusula 2.^a – Objeto e Âmbito

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do procedimento de Consulta Prévia para a realização da **Aquisição de Serviços n.º 07/2022/DPGOM - Segurança e Vigilância do Complexo dos Olhos de Água do Alviela durante o ano de 2022**, dele constando as condições jurídicas, económicas e técnicas que regem a referida aquisição.

Às especificações técnicas do objeto do contrato, para além do previsto na Parte I - CONDIÇÕES GERAIS, acrescem as que constam da Parte II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 3.^a – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos e respetivos anexos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergências entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com



o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª – Entidades intervenientes

1. As entidades diretamente intervenientes no desenvolvimento dos trabalhos a que se refere a prestação de serviços objeto deste Caderno de Encargos são:

Entidade Adjudicante: Município de Alcanena;

Adjudicatário / Prestador de Serviços: entidade prestadora dos serviços a executar, objeto deste Caderno de Encargos;

Outras Entidades: Entidades com tutela em matérias que poderão prestar apoio especializado no âmbito da prestação de serviços contratada, ou outras entidades que tenham jurisdição, sejam afetas ou exerçam atividades nas áreas abrangidas pela realização dos trabalhos concessionados.

2. Compete igualmente ao prestador de serviços a obtenção de autorizações necessárias, bem como as consequentes ações necessárias à sua cabal concretização, salvo aquelas que a Entidade Adjudicante entender conduzir diretamente.

Cláusula 5.ª – Prazo

A prestação dos serviços decorrerá entre 16 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2022, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo, de acordo com o estipulado na cláusula 30.ª.

Cláusula 6.ª – Local da prestação dos serviços

A prestação dos serviços a contratar será efetuada no Complexo dos Olhos de Água do Alviela, sito na Praia Fluvial dos Olhos de Água do Alviela, 2380-450 Louriceira, Alcanena.

Capítulo II – Obrigações Contratuais

Cláusula 7.ª – Obrigações principais do Prestador de Serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

a. Obrigação de realizar todas as atividades e garantir a execução da prestação de serviços de acordo com as especificações descritas na Parte II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, e restantes cláusulas deste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;



- b. Obrigação de entregar, de possuir e manter todas os requisitos legais exigidos para o desempenho das funções agora contratadas, nomeadamente, alvarás, licenças e autorizações;
- c. Obrigação de entregar regularmente relatórios da prestação ou outra documentação legalmente exigida;
- d. Não alterar as condições da prestação de serviços, fora dos casos previstos neste Caderno de Encargos;
- e. Notificar a entidade adjudicante de qualquer ocorrência futura, de que o fornecedor tenha conhecimento, e que possa prejudicar a qualidade da prestação dos serviços, excetuando os casos de emergência e força maior que serão informados nos termos previstos na cláusula 19.ª deste Caderno de Encargos;
- f. O adjudicatário responsabiliza-se pelos danos e prejuízos causados à entidade adjudicante, decorrentes de erros ou omissões na prestação de serviços, e obriga-se a liquidar as indemnizações que sejam devidas e apuradas conforme os termos previstos no presente Caderno de Encargos e no contrato celebrado entre as partes;
- g. Obrigação de comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato celebrado e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, com relevância para a prestação dos serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento, monitorização e aperfeiçoamento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, de acordo com o previsto no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada.

Cláusula 8.ª – Condições de Prestação dos Serviços

1. O adjudicatário obriga-se a prestar os serviços de vigilância e segurança procedendo à organização dos serviços de acordo com a legislação em vigor, garantindo também a realização das especificações descritas na Parte II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, e restantes cláusulas deste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais.
2. São custo da entidade fornecedora, e suportados por esta, todos os custos inerentes à prestação de serviços, nomeadamente, aquisição de equipamentos, de consumíveis ou outros, para a realização das intervenções nas instalações, que sejam necessários e adequados à prestação do serviço.
3. A entidade adjudicante assegura o acesso dos técnicos da entidade fornecedora a todas as zonas que possam ser alvo de intervenção, desde que esta seja previamente informada, devidamente justificada e aprovada pelo adjudicante.



Cláusula 9.^a – Preço Base

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, o preço base (máximo) do presente procedimento é fixado em **35.000,00€** (trinta e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base é o valor máximo fixado, que a entidade adjudicante se propõe a pagar pela execução de todas as tarefas da prestação de serviços objeto do presente contrato.
3. As propostas de valor superior ao preço base fixado serão excluídas, por força da disposição da alínea d), do n.º 2, do artigo 70.º do CCP.

Cláusula 10.^a – Preço Contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao prestador de serviços os valores constantes da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes de utilização de marcas registadas, licenças ou patentes.

Cláusula 11.^a – Condições de Pagamento

1. Os pagamentos a efetuar pela entidade adjudicante têm uma periodicidade mensal, de acordo com a prestação dos serviços detalhados na cláusula 30.^a (Parte II – Especificações Técnicas).
2. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de trinta dias após a receção, pela mesma, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento de cada uma das obrigações.
3. Caso as faturas não obtenham aprovação pela entidade adjudicante, o prestador de serviços compromete-se a apresentar outras em substituição, devidamente corrigidas, suspendendo-se o prazo de pagamento.



Cláusula 12.^a – Adiantamentos

Não está prevista a concessão de adiantamentos.

Cláusula 13.^a – Revisão da Remuneração

O valor dos honorários é fixo e não sujeito a revisão de preços.

Cláusula 14.^a – Gestor do Contrato

Atendendo ao definido no artigo 290.º- A, do Código dos Contratos Públicos, será designado o Gestor do Contrato, ao qual cabe o acompanhamento permanente da execução do mesmo.

Cláusula 15.^a – Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público, à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços, ou que este seja legalmente obrigado a relevar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras, ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 16.^a – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 17.^a – Utilização de dados pessoais

1. Todos os dados pessoais recolhidos, ou que o Município de Alcanena tenha acesso, são para uso exclusivo pelos serviços do Município que executem tarefas relacionadas com o procedimento contratual em causa.



2. Os dados pessoais solicitados ou a solicitar no âmbito do contrato serão os estritamente necessários para a formação do procedimento pré-contratual e execução do respetivo contrato a celebrar, nos termos da Lei aplicável.

3. Os dados pessoais a que o Município de Alcanena tenha acesso serão conservados pelo período fixado por Lei para os mesmos.

Capítulo III – Penalidades Contratuais e Resolução

Cláusula 18.^a – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de 1 por mil do valor global do contrato, por cada dia de incumprimento.

2. A resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços não prejudica o direito da entidade adjudicante a uma indemnização nos termos gerais do direito.

3. Ao valor da indemnização a que se refere o número anterior serão deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1 da presente cláusula, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

Cláusula 19.^a – Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer uma das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.



3. Não constituem força maior, designadamente:

- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.^a – Resolução do Contrato

1. O incumprimento definitivo do contrato, por facto imputável a uma das partes, confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou a entidade adjudicante tenha perdido o interesse no cumprimento.

3. E, qualquer caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços objeto do contrato para a entidade adjudicante ou para um terceiro, por esta designado, de modo a garantir a continuidade dos serviços objeto do contrato, a mínima perturbação destes e que a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.



Cláusula 21.^a – Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a. Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos, superior a três meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;

b. Sempre que o prestador de serviços não cumpra as suas obrigações, após ter sido notificado desse não cumprimento, e se, decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiver sanado a sua atuação ou apresentado justificação aceitável à entidade adjudicante.

2. O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada pela entidade adjudicante ao adjudicatário, com uma antecedência de cinco dias da data de produção de efeitos.

Cláusula 22.^a – Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais 90 dias ou quando o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.

2. O direito de resolução é exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos trinta dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Capítulo IV – Caução e Seguros

Cláusula 23.^a – Execução da caução

Não é exigida caução para a presente prestação de serviços.

Cláusula 24.^a – Seguros

Não é exigido qualquer seguro para a presente prestação de serviços, no entanto são da responsabilidade do prestador de serviços todos os acidentes ocorridos durante a realização dos serviços pretendidos.



Capítulo V – Disposições Finais

Cláusula 25.ª – Foro competente

Os litígios surgidos entre as partes, relacionados com a interpretação, integração ou execução do contrato, ou com a validade e eficácia de qualquer das suas disposições, devem ser resolvidos por recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 26.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 27.ª – Comunicação e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.ª – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 29.ª – Legislação aplicável

1. Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (18.ª versão do diploma, contendo as alterações dadas pela Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho), Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, e demais legislação aplicável.
2. A adjudicação do presente procedimento fica ainda sujeita à verificação do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, nomeadamente: a existência de fundos disponíveis para a assunção do compromisso resultante do presente procedimento, que terá de se verificar previamente à adjudicação.
3. O adjudicatário, no âmbito do contrato de prestação de serviços a prestar, está obrigado à adoção de todas as medidas necessárias ao cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27/04/2016.



PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 30.^a – Descrição dos Serviços

1. A entidade adjudicante pretende contratar a prestação de serviços de **Segurança e Vigilância do Complexo dos Olhos de Água do Alviela** para o ano 2022, durante o período compreendido entre **16 de junho e 31 de dezembro de 2022**.

2. A entidade adjudicatária garante a presença permanente e por período ininterrupto dos seguintes **postos de vigilância e segurança abaixo descritos**:

A. **Época Alta - Complexo dos Olhos de Água do Alviela, em Alcanena**, para as seguintes posições, cuja planta do espaço se anexa (Anexo V):

Posição 1 - Serviços de vigilância e segurança para o controlo do acesso de todas as pessoas às instalações, abertura e fecho da cancela de acesso ao espaço, bem como, controlo de todas as entradas e saídas de materiais e/ou bens e de viaturas nas instalações;

Posição 2 - Serviços de vigilância, segurança e supervisão do comportamento das pessoas na área do Complexo dos Olhos de Água, Parque de Campismo e zona de estacionamento (**período diurno**);

Posição 3 - Serviços de vigilância, segurança e supervisão do comportamento das pessoas na área do Complexo dos Olhos de Água, Parque de Campismo e zona de estacionamento (**período noturno**).

O prestador de serviços deverá garantir a presença permanente e por período ininterrupto de 3 Vigilantes, 1 por cada posição acima descrita, nos horários constantes na tabela abaixo indicada.

A prestação destes serviços terá o seu **início a 16 de junho de 2022 e terminará a 11 de setembro de 2022**, com a duração prevista de **88 dias seguidos**, num total de **3.292 horas**, de acordo com a seguinte tabela:

Mês	Período	Horário Posição 1	Horário Posição 2	Horário Posição 3	N.º de dias	N.º de horas
Junho	16 a 30 junho	08H00–20H00	08H00-20H00	20H00-08H00	15	540
Julho	1 a 31 julho	07H00–21H00	08H00-20H00	20H00-08H00	31	1.178
Agosto	1 a 31 agosto	07H00–21H00	08H00-20H00	20H00-08H00	31	1.178
Setembro	1 a 11 setembro	08H00–20H00	08H00-20H00	20H00-08H00	11	396
TOTAL					88	3.292



B. Época Baixa - Complexo dos Olhos de Água do Alviela, em Alcanena, para a seguinte posição, conforme Anexo V:

Posição 3 - Serviços de vigilância, segurança e supervisão do comportamento das pessoas na área do Complexo dos Olhos de Água, Parque de Campismo e zona de estacionamento (período noturno).

A prestação destes serviços terá o seu início a **12 de setembro de 2022 e terminará a 31 de dezembro de 2022**, pretendendo-se que durante o período de época baixa sejam assegurados os fins-de-semana (as noites de sexta-feira para sábado e de sábado para domingo) e feriados, bem como os dias de férias do funcionário do Município de Alcanena afeto ao Complexo do Alviela.

O prestador de serviços deverá garantir a presença permanente e por período ininterrupto de 1 Vigilante na posição acima descrita, no horário compreendido entre as 20h00 e as 08h00, num total de **552 horas**, distribuídas por **46 dias**, de acordo com a seguinte tabela:

Mês	Período	Horário Posição 3	N.º de dias	N.º de horas
Setembro	12 a 30 setembro	20H00-08H00	10	120
Outubro	1 a 31 outubro	20H00-08H00	11	132
Novembro	1 a 30 novembro	20H00-08H00	12	144
Dezembro	1 a 31 dezembro	20H00-08H00	13	156
TOTAL			46	552

3. Os horários e datas previstas no número anterior podem ser alterados por comum acordo entre as partes.

4. A entidade adjudicatária tem de estar habilitada para o desempenho das funções contratadas, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, ou demais legislação aplicável.

5. Os preços indicados pelos concorrentes serão líquidos de IVA, e incluirão sempre todos os encargos inerentes ao fornecimento dos serviços, de acordo com as condições apresentadas nesta PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, e nas cláusulas 7.ª e 8.ª do presente Caderno de Encargos.



Cláusula 31.^a – Funções a Desempenhar

No âmbito da prestação de serviços de vigilância e segurança, incumbe aos vigilantes designados pelo adjudicatário, o seguinte:

- a) Controlar o acesso de todas as pessoas às instalações, abertura e fecho da cancela de acesso ao Complexo dos Olhos de Água, bem como, todas as entradas e saídas de materiais e/ou bens e de viaturas das instalações e eventos municipais;
- b) Proceder ao registo de todas as pessoas e viaturas, e adotar os procedimentos mais adequados;
- c) Intervir nas situações que extravasem a normalidade, nomeadamente em situações de defesa da integridade física dos utentes/público na área do Complexo dos Olhos de Água, situações de emergência, tais como incêndio ou ameaça de bomba, nas quais possa ser requerida uma evacuação parcial ou total das instalações;
- d) Supervisionar o comportamento das pessoas na área das instalações e atuar em conformidade;
- e) Supervisionar o acesso aos locais, impedindo a entrada e permanência de pessoas sem direito de admissão e em locais não autorizados;
- f) Apaziguar conflitos;
- g) Adotar os procedimentos adequados sempre que surjam situações anómalas que possam pôr em perigo a integridade física de utentes e funcionários;
- h) Cuidar das chaves que lhe forem afetas;
- i) Realizar diariamente rondas regulares, que abranjam todas as áreas identificadas no Anexo V, apresentando evidências da realização das mesmas;
- j) Efetuar relatórios diários, com evidência das rondas efetuadas, bem como reportar os relatórios de cada intervenção e ação efetuada;
- k) Informar, por escrito, o responsável da instalação de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço.

Cláusula 32.^a – Recursos Humanos

1. A entidade prestadora de serviços obriga-se a efetuar a prestação de serviços com **recursos humanos devidamente qualificados** e com experiência no desempenho das tarefas que lhes são atribuídas.
2. A entidade prestadora de serviços obriga-se a afetar vigilantes cuidadosamente selecionados, formados e treinados, segundo as normas vigentes do Ministério da Administração Interna e outras regras internas da própria Empresa.
3. Os vigilantes selecionados têm de possuir o Certificado de Registo Criminal obrigatório para o exercício de atividade que envolva contacto com crianças e jovens menores de 18 anos.



4. Atendendo às características da entidade adjudicante e das funções a desempenhar, o pessoal afeto à prestação de serviços de vigilância presencial, integral ou parcial, deve possuir ainda as seguintes características:

- a) Pontualidade;
- b) Assiduidade;
- c) Boa apresentação;
- d) Interesse e aplicação;
- e) Honestidade;
- f) Sentido de responsabilidade;
- g) Capacidade de decisão e iniciativa;
- h) Facilidade de comunicação;
- i) Amabilidade e firmeza;
- j) Capacidade de aprendizagem de manuseamento dos equipamentos, nomeadamente das regras de exploração das redes rádio;
- k) Capacidade de preenchimento completo e cuidadoso de todos os impressos e relatórios que tenha de elaborar;
- l) Capacidade para interação com adultos, crianças e jovens.

5. No cumprimento da sua função, os vigilantes têm de se apresentar devidamente uniformizados e identificados através de Cartão Profissional.

6. A entidade adjudicatária compromete-se a comprovar, relativamente aos seus funcionários afetos à atual prestação de serviços, todos os dados legalmente exigidos para desempenho das funções previstas no presente Caderno de Encargos.

7. A entidade adjudicante reserva-se o direito de recusar a execução da prestação por algum elemento que não reúna as características mencionadas nos números anteriores do presente artigo, podendo exigir ao adjudicatário a sua substituição imediata.

8. A entidade adjudicatária assume todos os custos inerentes ao conteúdo das alíneas anteriores, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, seguros e encargos sociais/patronais, bem como os encargos decorrentes de utilização, por estes, de marcas registadas, licenças ou patentes.

Cláusula 33.^a – Equipamentos e Consumíveis

A entidade prestadora de serviços assume todos os custos inerentes às despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos meios materiais, bem como os encargos decorrentes de utilização de marcas registadas, licenças ou patentes.



Cláusula 34.^a – Duração da Prestação de Serviços

1. A prestação de serviços decorrerá enquanto vigorar o contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.
2. A prestação de serviços iniciará a **16 de junho de 2022 e terminará a 31 de dezembro de 2022**, de acordo com o estipulado nas cláusulas 5.^a e 30.^a.
3. O planeamento da prestação de serviços constante da cláusula 30.^a poderá sofrer alterações mediante acordo entre as partes, desde que não ultrapassada a prestação das **3.844 horas**.

Cláusula 35.^a – Obrigações do Prestador de Serviços

A entidade fornecedora obriga-se a:

1. Prestar à entidade adjudicante os serviços de vigilância de forma profissional, pontual e diligente.
2. A apresentar prova da habilitação para o desempenho das funções contratadas, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, ou demais legislação aplicável, nomeadamente alvará emitido pelo Ministério competente.
3. Informar, no prazo máximo de dois dias, a entidade adjudicante de qualquer alteração ocorrida face a quaisquer autorizações, licenças ou alvarás no âmbito do número anterior.
4. Ministras formação adequada a todos os seus funcionários e técnicos, para o desempenho das funções.
5. Disponibilizar todos os recursos humanos e materiais necessários a uma correta prestação de serviços, assumindo todos os custos inerentes a estes.
6. Os funcionários afetos à prestação de serviços deverão realizar diariamente rondas regulares, que abranjam todas as áreas identificadas no Anexo V, apresentando evidências da realização das mesmas.
7. Efetuar relatórios diários, com evidência das rondas efetuadas, bem como reportar os relatórios de cada intervenção e ação efetuada.
8. Informar os elementos identificados pela entidade adjudicante, de todos os procedimentos a adotar.



9. Realizar, com uma periodicidade mínima bimensal, uma reunião de coordenação, com um elemento indicado pela entidade adjudicante, para avaliação e acompanhamento da execução do contrato.
10. Todos os serviços prestados pelos técnicos deverão estar cobertos por um seguro de responsabilidade civil ou outros instrumentos legalmente exigidos.
11. Serão da inteira responsabilidade do adjudicatário quaisquer prejuízos que a falta ou deficiência de sinalização possa ocasionar aos utentes e funcionários da entidade adjudicante ou a terceiros.
12. O adjudicatário deverá ter capacidade de desempenhar autonomamente todos os trabalhos acessórios necessários à boa execução dos trabalhos.

O Vereador da Câmara Municipal de Alcanena

(Nuno Miguel Costa Silva)

(Por Despacho de Delegação de Competências n.º 22017 de 27/10/2021)

Assinado por: **NUNO MIGUEL COSTA SILVA**
Num. de Identificação: 09541366
Data: 2022.05.27 17:59:20+01'00'

